

APÊNDICE ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	30.667/2024
Estudo Preliminar nº:	001/2025
Secretaria:	Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento
Sector / Órgão:	Subsecretaria de Compras e Licitações
Objetivo:	Os estudos preliminares aqui resumidos têm por objeto o subsídio básico para a elaboração de Termo de Referência (TR) para fornecimento de água potável em temperatura adequada aos servidores públicos municipais, durante suas atividades laborais.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Alexandre Alves da Silva - Matr.: 132-1
	Apoio Técnico: Luciana Brantes dos Santos Lima - Matr.: 100.286
	De acordo: Aline Oliveira de Bustamante - Matr.: 199.017
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.</p> <p>O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.</p> <p>O Município não dispõe de Plano Anual de Contratações (PAC), porém o presente faz parte do planejamento interno de contratação da Secretaria de Licitações e Planejamento, por ser um procedimento anual, que não pode ser descontinuado.</p>	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	

A Norma Regulamentadora No. 24 (NR-24), norma trabalhista que trata sobre condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, dispõe em seu subitem 24.9:

24.9.1 Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, sendo proibido o uso de copos coletivos.

24.9.1.1 O fornecimento de água deve ser feito por meio de bebedouros na proporção de, no mínimo, 1 (um) para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores ou fração, ou outro sistema que ofereça as mesmas condições.

24.9.1.2 Quando não for possível obter água potável corrente, esta deverá ser fornecida em recipientes portáteis próprios e hermeticamente fechados.

24.9.2 Os locais de armazenamento de água potável devem passar periodicamente por limpeza, higienização e manutenção, em conformidade com a legislação local.

24.9.3 Deve ser realizada periodicamente análise de potabilidade da água dos reservatórios para verificar sua qualidade, em conformidade com a legislação.

24.9.4 A água não-potável para uso no local de trabalho ficará separada, devendo ser afixado aviso de advertência da sua não potabilidade.

24.9.5 Os locais de armazenamento de água, os poços e as fontes de água potável serão protegidos contra a contaminação.

24.9.6 Os locais de trabalho serão mantidos em estado de higiene compatível com o gênero de atividade.

Considerando tais informações, torna-se obrigatório que o Município proporcione o fornecimento de água potável em temperatura adequada para todos os servidores públicos municipais durante suas atividades laborais.

Com esta aquisição serão contemplados não apenas as demandas dos servidores públicos municipais, mas também aos munícipes e usuários que todos os dias são atendidos/recebidos

nos Centros de Referência, Repartições Públicas e Setores da Administração Municipal.

Portanto, é dever da Administração Pública, através de seu Almoxarifado Central, prover esta água, de maneira suficiente, de forma potável, em temperatura agradável a todos, sejam servidores ou usuários.

A princípio, a forma mais adequada deste fornecimento seria a instalação de filtros e bebedouros. No entanto, esta prática se tornou impossível, uma vez que algumas repartições públicas não dispõem das instalações hidráulicas necessárias para tal.

Também poderíamos atender esta demanda seria procedendo à aquisição de bebedouros elétricos e galões. Contudo, o item 24.9.2 da NR 24, acima transcrito, que trata da limpeza e manutenção periódica destes equipamentos, dispõe que os locais de armazenamento de água potável devem passar por limpeza, higienização e manutenção periódicas, ações que tornariam muito dispendioso o uso de bebedouros elétricos com galões próprios, e possivelmente não adequado à atual realidade desta Municipalidade.

Outra forma de aquisição seria a mesma realizada na última contratação, na qual adquirimos água mineral natural, sem gás, acondicionada em galões plásticos de 20 (vinte) litros - galões estes que foram fornecidos em sistema de comodato, do mesmo modo que os bebedouros.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Pretendemos adquirir água mineral natural, sem gás, que deverá ser de primeira qualidade, sendo classificada como água mineral tradicional, fluoretada, segundo código de águas minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não sendo aceitas águas potáveis de mesa ou águas minerais purificadas, adicionadas de soluções salinas artificiais, uma vez que não preenchem os requisitos legais para se enquadrarem na classificação de minerais.

Os galões disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser em polycarbonato ou polipropileno, lisos e transparentes; ter capacidade de acondicionamento para 20 (vinte) litros, e deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral. Deverão ainda ser resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados; reutilizados de acordo com o padrão estabelecido nas normas NBR/ABNT vigentes que regem a matéria, bem como as Resoluções RDC/ANVISA nº 274/2005, nº 275/2005 e nº 173/2006; sem manchas, sem odor ou amassados, sem furos, sem evidência de violação; poderão ter sido submetidos a, no máximo, 60 (sessenta) ciclos de envase; deverão vir com tampa protetora e lacre de segurança para evitar

contaminações externas; não serão aceitos, em hipótese alguma, galões velhos, sujos, amassados, opacos, arranhados ou com outro defeito que prejudique a qualidade e visibilidade da água fornecida.

O galão deverá conter: a identificação de que foi fabricado com plástico do tipo PET, a data da sua fabricação, o prazo de validade – que não poderá ser superior a 3 (três) anos, o nome e o CNPJ do fabricante e o número do registro da embalagem no Ministério da Saúde. Devem ainda possuir apresentação e características básicas do rótulo-padrão aprovado pelo DNPM (Decreto-Lei n.º 7.841/1945) e registrado no Ministério da Saúde.

Deverá vir gravada nos rótulos dos galões, ou na vedação das embalagens, a data de envasamento e validade do produto, conforme Portaria n.º 470/99 do DNPM.

Os galões deverão ser envasados, no máximo, 05 dias antes da entrega no local indicado, e os produtos deverão ter prazo de validade mínimo de 03 meses, a partir da data de envasamento.

A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE, sem custos, 180 (cento e oitenta) bebedouros elétricos em regime de comodato, bem como 4 (quatro) galões de água por bebedouro, totalizando cerca de 720 (setecentos e vinte) galões, que serão distribuídos nas unidades informadas pela Secretaria de Licitações e Planejamento.

Os bebedouros elétricos deverão possuir as seguintes especificações: bebedouro elétrico, para galão de 20 (vinte) litros; com duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água na temperatura ambiente; gabinetes confeccionados em aço carbono, com pintura epóxi a pó, com tampo superior e frontal em poliestireno de alto impacto ou em aço carbono pintado; com reservatório de água com serpentina externa, com compressor que utilize gás refrigerante ecológico livre de CFC, termostato regulável, certificado pelo Inmetro, atendendo a Norma NBR60335-1 (segurança elétrica); capacidade frigorífica de no mínimo 3,5 litros por hora (temperatura ambiente de até 27°C e temperatura de entrada da água de até 27°C); cor predominantemente branca; tensão de 200 V; dimensões aproximadas (LxAxP) 31 cm x 97 cm x 32 cm (Modelo Coluna).

A manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros em comodato é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá efetuar as manutenções e limpezas periódicas com prazo de 3 (três) em 3 (três) meses, sob pena de suspensão da contratação. Estes serviços deverão ser previamente agendados junto à Secretaria de Licitações e Planejamento, sendo emitido documento comprobatório, devidamente assinado de forma legível por representante da CONTRATADA e da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE se responsabilizará pela guarda, conservação e devolução dos galões.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Para estimar o quantitativo, utilizamos o controle de saldo de ata dos anos anteriores. Afim de ilustrarmos o presente estudo, anexamos abaixo, planilha demonstrando o consumo de ata nos anos de 2022, 2023 e 2024, lembrando que o gasto em 2022 não foi levado em consideração para média, visto que fora um ano atípico, onde houve a retomada gradual das atividades de vida diária, pós pandemia:

Tabela A : CONTROLE DE SALDO DE ATA - ÁGUA MINERAL				
ATA 046/2022 8.000 GALÕES	ATA 235/2023 8.000 GALÕES	ATA 124/2024 10.000 GALÕES	MÉDIA	ACRÉSCIMO DE APROXIMADAMENTE 20 % da última contratação
EMPENHO 935/2022	EMPENHO 1518/2023	EMPENHO 1061/2024	8.654 GALÕES	10.000 + 20% (acrécimo necessário para atender as novas secretarias criadas na Reforma Administrativa (Lei Complementar 172/2025), além da Contratação de Novos Servidores advindos do Concurso Público 001/2023
3.000 GALÕES	3.000 GALÕES	5.000 GALÕES		
EMPENHO 1901/2022	EMPENHO 2175/2023	EMPENHO 1913/2024		
600 GALÕES	1.200 GALÕES	700 GALÕES		
EMPENHO 20/2023	EMPENHO 2439/2023	EMPENHO 155/2025		
3176 GALÕES	1.500 GALÕES	4.300 GALÕES		
	EMPENHO 54/2024			
	1.608 GALÕES			
6.776 GALÕES *	7.308 GALÕES	10.000 GALÕES		12.000 GALÕES

*Em 2022, o consumo médio fora menor, devido ao retorno gradual de todas as atividades pós pandemia, portanto não utilizamos como parâmetro para estimar o quantitativo deste procedimento.

Tabela B: RELAÇÃO DE BEBEDOUROS INSTALADOS EM 2024			
LOCAL	QTDE	LOCAL	QTDE
Guarita	1	Restaurante	1
Gabinete do Prefeito	2	Almoxarifado Obras	1
Procuradoria	3	Carpintaria/Serralheria	1
Finanças	5	Depósito de Água	1
Finanças - Conciliação	1	Fundo de Previdência	1

Finanças - Protocolo	1	Esporte	1
Tesouraria	1	Serviços Públicos	1
TI	2	Zeladoria	1
Telefonista	1	Meio Ambiente/Prédio PMNF	2
Contabilidade	1	RH	1
Despesa	1	Comunicação	1
Sala do Empreendedor	1	Controladoria	1
Obras	2	Cidade Inteligente	1
Comissão de Contratação	1	Infraestrutura e Logística	3
Dívida Ativa	1	Segurança do Trabalho	1
EGCP - Casa Civil	1	Escola Friburguense de Gestão	1
Turismo	1	Educação	4
Comissões de Pregão	1	Procon	1
Ouvidoria	1	Meio Ambiente	2
SMVLP/Sala dos Motoristas	2	CREM	1
Agricultura	2	Junta Militar	1
LGBT	1	Defesa Civil	3
Casa do Trabalhador	1	SSUBEA	1
Guarda Municipal	1	Feira de Artesãs	1
Ciência e Tecnologia	2	CRAS Centro	2
Conselho Tutelar 1	1	Cemitério S. J. Batista	2
Fundação D. João VI	2	Centro de Turismo	1
Cultura	2	Oficina Escola	1
SEF (A. Social)	2	Rodoviária (Smomu)	1
Execução Fiscal	1	Teatro (Suspiro)	1
CREAS (Próx. HMRS)	2	Casa dos Conselhos	1
Almoxarifado A. Social	1	Políticas Sobre Drogas/C. Vermelha	1
Escola de Artes	2	CRAS Olaria	1
Subprefeitura de Olaria	2	SMOMU/Postura	4
Ponto de Cultura de Olaria	1	Administração Cônego	1
Guarda Municipal (Via Expressa)	1	CAIVS	3
Subprefeitura de Campo do Coelho	1	Capela M. de Campo do Coelho	1
Administração de S. Geraldo	1	Ag. Correio de Lumiar	1
Subprefeitura de Lumiar	1	Administração de S.P. da Serra	1
Subprefeitura de C. Paulino	1	Oficina Municipal	1
Almoxarifado da Prefeitura	1	CRAS Conselheiro	1

Conselho Tutelar C. Paulino	1	Ponto de Cultura C. Paulino	1
Cemitério Trilha do Céu	1	Ponto de Cultura Riograndina	1
Bomba de Combustível	1	Ponto de Apoio Pop. Rua	1
TOTAL GERAL DE BEBEDOUROS EM USO (COMODATO): 122 UNIDADES			

O nome das Secretarias ainda constam de acordo com o formato anterior da Administração, considerando não ser possível, por esta Secretaria de Licitações e Planejamento, neste momento, atualizar os setores envolvidos sem a colaboração de todos.

Tendo em vista uma possível elevação no consumo do produto, devido à contratação de novos servidores advindos do Concurso Público 001/2023 e à Reforma Administrativa 172/2025, que implicou na criação de novas secretarias municipais - optou-se por aumentar o quantitativo tanto de bebedouros como de galões em aproximadamente 20% (vinte por cento) para esta nova aquisição.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O mercado dispõe de ***mais de uma possibilidade*** para sanar a necessidade descrita, qual seja, aquisição de água potável própria para consumo dos servidores e munícipes que frequentam as repartições da Administração. Dentre elas, podemos destacar:

SOLUÇÃO 01 - Aquisição de bebedouros de pressão:

Com esta solução, a Administração procederá à aquisição de bebedouros de pressão, que funcionam filtrando e refrigerando a água que vem do encanamento, simultaneamente ao consumo. A alimentação de água deve possuir meia polegada e estar a uma altura de 1,2m a 1,5m do chão. A caixa d'água deverá estar a uma altura máxima de 4m, pois a instalação do equipamento em rede de água com alta pressão pode danificar o filtro do bebedouro e a boia, provocando vazamento no reservatório. Um registro também deve ser instalado na tomada de água que irá alimentar o bebedouro de pressão, a fim de permitir a troca do filtro e a realização de manutenções diversas.

Vantagens:

- Alta capacidade de refrigeração.
- Possuem maior vazão de água, permitindo encher um copo em poucos segundos.

Desvantagens:

- Requerem a existência de tubulação adequada para a alimentação de água.
- A caixa d'água deve estar a uma altura máxima de 4m, caso contrário, o filtro do bebedouro e a boia poderão ser danificados pela alta pressão.

SOLUÇÃO 02 - Aquisição de água acondicionada em galões:

Com esta solução, a Administração procederá à aquisição de água acondicionada em galões de 20L. Tais galões, assim como os bebedouros, seriam fornecidos em sistema de comodato. Este modelo de bebedouro não filtra a água, apenas facilita sua saída do galão. Conta com duas torneiras, uma para água

em temperatura ambiente e outra para água gelada.

Vantagens:

- Por funcionarem com galões de água, os bebedouros não precisam de tubulação adequada.
- O abastecimento é realizado rapidamente, bastando encaixar o galão de água de maneira invertida na parte superior do bebedouro.

Desvantagens:

- A água não é filtrada, o que pode permitir que impurezas presentes no galão acabem sendo consumidas.
- O galão é pesado e precisa ser trocado manualmente, o que pode ocasionar acidentes.

Já dentre as **formas de contratação** disponíveis no mercado e passíveis de serem realizadas pela Administração Pública, podemos elencar as seguintes:

FORMA DE CONTRATAÇÃO 01 - Aquisição através de Pregão Eletrônico, com entrega imediata (art. 28, inciso I):

Os bens são adquiridos por meio de pregão eletrônico, com entrega imediata, mantidas as condições definidas em edital.

FORMA DE CONTRATAÇÃO 02 - Aquisição através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º e inciso I e V do Decreto Federal nº 11.462/2023):

Os bens são adquiridos por meio de um registro de preços, no qual o processo licitatório resultará numa ata de registro de preços firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame, com 1 (um) ano de vigência, mantidas as condições definidas em edital.

Isto posto, foram utilizados sites de ampla pesquisa afim de estimar valores para definir a forma de contratação. Abaixo, segue tabela demonstrativa dos preços apurados nessa breve pesquisa, e em anexo a comprovação da mesma.

Tabela C: ÁGUA MINERAL ACONDICIONADA EM GALÕES DE 20 LITROS			MÉDIA DOS PREÇOS
PREÇO 01	www.ultragazcarangola.com	R\$ 14,00	R\$ 15,16
PREÇO 02	www.apoioentrega.com	R\$ 14,49	
PREÇO 03	www.aportodasaguas.com.br	R\$ 17,00	

Como demonstrado, foram encontradas pelo menos 3 (três) marcas que atendem as especificações do produto pretendido, com pouca variação de preço entre elas.

Considerou-se também, para análise mercadológica, o último processo administrativo (PA 33.996/23), conforme demonstrado abaixo; uma empresa sagrou-se vencedora do item e a mesma

atende as demandas dessa nova aquisição.

Tabela D: VALOR PRATICADO ATUALIZADO SEGUNDO O ÍNDICE IPCA

DESCRIPTIVO	FORNECEDOR	VALOR UNITÁRIO 33.996/23 ATUALIZADO
Aquisição de água mineral acondicionada em galões de 20 litros - com comodato de 150 bebedouros elétricos e 600 galões de plástico.	DISTRIBUIDORA FRIMINERAL LTDA	R\$ 11,08

Além disso, outros Entes também adquirem o mesmo material regularmente; comprovamos tal informação anexando a este estudo pesquisa realizada no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) na qual apuramos aquisição deste mesmo material por órgãos de diversas esferas federativas e de diversos estados do País.

Tabela E: VALORES PRATICADOS POR OUTROS ENTES - PNCP

ÁGUA MINERAL ACONDICIONADA EM GALÕES DE 20 LITROS			MÉDIA DOS PREÇOS
PREÇO 01	Procuradoria Geral do Estado de SP	R\$ 15,00	R\$ 12,30
PREÇO 02	Estância Turística de Barretos - SP	R\$ 9,89	
PREÇO 03	Câmara Municipal de Medeiros Neto - BA	R\$ 12,00	

Após esta pequena análise de mercado e comparando-se as estimativas de custos das duas formas de aquisição, o tempo de duração do processo de aquisição e a disponibilidade financeira para aquisição dos produtos de uma única vez ou de forma parcelada, aponta-se o seguinte resultado:

SOLUÇÃO 01 - Aquisição de bebedouros de pressão: Percebe-se ser inviável esta solução, uma vez que a aquisição de bebedouros de pressão não se mostra adequada para a Administração, tendo em vista a inexistência de tubulação adequada para a alimentação de água em muitas das repartições municipais.

SOLUÇÃO 02 - Aquisição de água acondicionada em galões: Forma usual de aquisição de água mineral pelo Município, já que não é necessário existir tubulação adequada nas repartições, bastando a existência de uma tomada para que os bebedouros possam ser utilizados.

Dentre as **formas de contratação**:

FORMA DE CONTRATAÇÃO 01 - Aquisição através de Pregão Eletrônico, com entrega imediata (art. 28, inciso I): Neste caso, observa-se que haveria a possibilidade de perda de material, visto que é um produto perecível e sua estocagem demanda uma estrutura que por ora não dispomos, além de não possuímos, com exatidão, a quantidade mensal necessária para toda a Administração.

FORMA DE CONTRATAÇÃO 02 - Aquisição através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º e

inciso I e V do Decreto Federal nº 11.462/2023): Mostra-se a mais adequada à necessidade de que trata o presente estudo, pois possibilita que as entregas sejam periódicas, o que não demanda estocagem do produto.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando os valores verificados nos sites de ampla pesquisa, o preço praticado atualmente e pesquisa realizada no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), na tabela a seguir demonstramos o valor estimado para esta contratação:

Tabela F: MÉDIA DOS VALORES APURADOS			
INTERNET	ÚLTIMO PREÇO PRATICADO ATUALIZADO	PNCP	MÉDIA DE PREÇOS
R\$ 15,16	R\$ 11,08	R\$ 12,30	R\$ 12,85

Com os dados acima, chegamos à seguinte estimativa de preços:

Tabela G: VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
QUANTIDADE SOLICITADA DE GALÕES	MÉDIA DE PREÇOS APURADOS	VALOR ESTIMADO PARA O CERTAME
12.000 unidades	R\$ 12,85	R\$ 154.200,00

Por todo o exposto nos itens anteriores, pode-se considerar que o valor apresentado acima se encontra dentro de uma realidade mercadológica e pode ser utilizado como parâmetro para este estudo.

Vale ressaltar que se trata de um estudo preliminar, com finalidade única de encontrar a melhor solução para a demanda apresentada, e que a pesquisa de preços referenciais com os fornecedores e demais ferramentas que compõem a “Cesta de Preços” será realizada pelo Setor de Cotação da Secretaria Licitações e Planejamento, conforme Decreto Municipal 2007 de 16 de fevereiro de 2023 e Rotina Administrativa de Formação e Execução de Contratos Administrativos, sendo acostada aos autos do processo posteriormente, e de acordo as especificações, quantidades e estimativas constantes neste instrumento e demais documentos subsequentes.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Diante deste contexto e considerando as vantagens e desvantagens apresentadas no item 6 deste Estudo, a solução que melhor atende a necessidade atual da administração é a seguinte:

SOLUÇÃO 02 - Aquisição de água acondicionada em galões: Com esta solução, que já é utilizada pelo Município, este adquire água potável acondicionada em galões de 20L que, assim como os bebedouros, são fornecidos em sistema de comodato. Esta forma de aquisição se mostrou eficiente e

adequada e será mantida na presente contratação, uma vez que se afigura a única viável atualmente, tendo em vista que nem todas as repartições públicas municipais possuem as tubulações necessárias para o funcionamento de bebedouros de pressão.

Quanto à forma de contratação, a alternativa mais adequada para a aquisição do item objeto do presente estudo é a que se segue:

FORMA DE CONTRATAÇÃO 02 - Aquisição através de Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º e inciso I e V do Decreto Federal nº 11.462/2023): Esta forma de contratação permite que adequemos necessidade X local adequado de armazenamento, visto que a aquisição de volumes vultosos de uma só vez poderia ocasionar a perda de alguns desses itens.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Será adotado o critério de julgamento de Menor Preço (art. 33, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21), porém como tal aquisição está atrelada a um Termo de Comodato de Bebedouros Elétricos e Galões de Plástico não será possível o parcelamento dos itens, mas os benefícios da Lei Federal 123/2006 poderão ser aplicados, desde de que o certame se dê de forma exclusiva para tal.

Este se dará por Pregão Eletrônico, via Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º e inciso I e V do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Com a presente contratação atenderemos as demandas apresentadas neste Estudo, no que diz respeito ao fornecimento contínuo de água potável e em temperatura adequada aos servidores públicos municipais e usuários dos Centros e Repartições Municipais, levando assim um maior bem estar e conforto aos profissionais durante as suas atividades laborais e aos munícipes que todos os dias utilizam os Centros de Atendimento e Repartições Públicas.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não há providências prévias a serem tomadas para esta contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não existe nenhuma contratação correlata ou interdependente em andamento.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Existe o dever da Administração Pública em levar em conta os aspectos socioambientais para a realização de compras públicas sustentáveis, de modo a valorizar os custos efetivos que considerem condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia, além de reduzir os danos ao ambiente natural.

Deve sempre, também, a Administração buscar a compra pública sustentável, ou licitação sustentável, que considere todas as consequências ambientais, sociais e econômicas sob os seguintes aspectos: elaboração de projeto; utilização de materiais renováveis; métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção e reuso; opções de reciclagem e comprometimento dos fornecedores em lidar com essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva.

Isto posto, deverão ser também observados nesta contratação os seguintes parâmetros relativos à sustentabilidade: O disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, em especial o que versa o seu artigo 5º; e o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Considerando os Estudos aqui desenvolvidos, pode-se concluir que a solução escolhida para a demanda apresentada mostra-se eficaz e única viável, do ponto de vista econômico e de mercado.

Por ser a forma usual de aquisição do objeto pela Administração, a escolha do Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços (art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º e inciso I e V do Decreto Federal nº 11.462/2023) também supre as necessidades quanto à transparência e economicidade, além de possibilitar ampla concorrência.

Por ser considerado material comum, de uso cotidiano em vários setores da Administração Pública e fora dela, entende-se que esta nova aquisição é de baixa complexidade e dispõe de uma gama de fornecedores aptos ao fornecimento, como já demonstrado no item 6.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria de licitações e Planejamento e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo:
Alexandre Alves da Silva Matr.: 132-1	Luciana Brantes dos Santos Lima Matr.: 100.286	Aline Oliveira de Bustamante Matr.: 199.017

Nova Friburgo/RJ, 17 de janeiro de 2025